



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DE POLÍTICA NUCLEAR

Palácio do Planalto
24 de janeiro

O Presidente José Sarney convoca a primeira reunião do Conselho Superior de Política Nuclear para discutir pauta que inclui a cooperação com o Banco Mundial, a situação atual e as bases para a elaboração de uma nova política nuclear para o País.

19 de janeiro — Em Washington, um grupo de sessenta estudiosos das relações interamericanas advertiu para a necessidade de um plano viável na solução do serviço da dívida externa da América Latina. Do contrário, «a crise econômica dos anos 80 poderá desencadear a crise política dos anos 90».

No dia 31 de agosto de 1988, dentre os atos que reestruturaram o Programa Nuclear Brasileiro, assinei o Decreto nº 96.620, que instituiu o Conselho Superior de Política Nuclear, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional de energia nuclear e no estabelecimento de diretrizes governamentais no campo nuclear.

A criação do Conselho atendeu a um reclamo histórico, de busca da unidade do setor nuclear e participação da sociedade nas decisões governamentais sobre a matéria.

Procurei somar às preocupações administrativas de todos os Ministros e presidentes de órgãos direta ou indiretamente vinculados à energia nuclear, os conhecimentos e experiências de cidadãos brasileiros, de saber internacionalmente reconhecido na matéria e de notáveis membros do Congresso Nacional.

A criação do Conselho respondeu, assim, à necessidade de unificação de doutrina e pensamento na área nuclear. Sua criação corresponde a uma demonstração inequívoca de solidez no trato dos temas nucleares, a uma busca de decisões consensuais, fruto da reflexão de todos os seus membros sobre a tarefa urgente e necessária de superar as barreiras que nos são impostas na caminhada rumo ao desenvolvimento tecnológico, em setor dos mais avançados do conhecimento humano.

Respondeu, ainda, ao anseio de maior participação da sociedade nas decisões do Governo de há muito reclamada. A sociedade está representada por alguns de nossos mais ilustres cientistas e por parlamentares, através dos quais o Congresso conhecerá as atividades que o País desenvolve na área nuclear e opinará sobre seus rumos.

O Conselho, que hoje inicia suas atividades, respaldará suas decisões nos estudos e recomendações que receberá das comissões consultivas — atualmente em número de cinco —, as quais estão integradas por vários dos mais distinguidos e qualificados representantes dos segmentos científico, tecnológico, empresarial e político do nosso País.

Doravante, as atividades do Programa Nacional de Energia Nuclear serão do conhecimento da Nação. Por intermédio do Conselho Superior de Política Nuclear, a Sociedade fiscalizará os trabalhos do Governo.

O Brasil dispõe de uma das maiores reservas uraníferas do mundo. Graças ao apoio que o Governo emprestou ao setor, nossos cientistas e técnicos, por esforço próprio, dominaram a tecnologia do enriquecimento isotópico do urânio por ultracentrifugação, projetaram e construíram o primeiro reator nuclear inteiramente nacional.

Prepara-se o País para ingressar no século XXI com todas as condições para usufruir os benefícios da tecnologia nuclear na Medicina, na agricultura, na indústria e na produção de energia e soberanamente, optou pelo desenvolvimento, pelo rompimento da dependência tecnológica, pelo aproveitamento racional de seus recursos materiais e humanos.

O desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos é opção do Brasil. O Governo brasileiro já está politicamente comprometido a utilizar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos desde sua adesão ao Tratado de Tlatelolco, cujo artigo primeiro diz que as partes contratantes se comprometem a proibir, nos seus territórios, o ensaio, uso, fabricação, produção ou aquisição, por quaisquer meios, de armas nucleares. A nova Constituição do País, além de reiterar tal princípio, submete toda atividade nuclear no Brasil à aprovação do Congresso Nacional.

Meu Governo tem dado inequívocas e reiteradas demonstrações da vocação pacífica do Programa Nuclear Brasileiro. A proposta que apresentei à organização das Nações Unidas para a criação da «Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul» — aprovada naquela Organização com o aplauso da comunidade internacional — é exemplo eloqüente de tal vocação, ao consagrar o princípio da não introdução de armas nucleares no Atlântico Sul.

Ainda no cenário internacional, a cooperação Brasil-Argentina na área nuclear ganhou novos rumos com os atos que assinei com o Presidente Raúl Alfonsín, a começar pela «Declaração de Iguazu». Desarmaram-se desconfianças e suspicácias recíprocas. Abriram-se os programas dos dois países, em benefício das sociedades brasileira e argentina. Intenso intercâmbio de visitas, como a do Presidente Alfonsín ao Centro Experimental de Aramar, que comigo inaugurou, e minhas idas às usinas de enriquecimento de urânio de Pilcaniyeu e de reprocessamento de Ezeiza contribuíram para o que é hoje um grande conhecimento mútuo, baseado na confiança e na identidade de propósitos. Outras visitas e atividades serão realizadas e contribuirão

para estreitar cada vez mais o relacionamento, calcado na confiança mútua.

É no quadro desses princípios, de fins pacíficos, de busca de benefícios para nossa sociedade, de cooperação entre os povos, que assentaremos as bases da nova política nacional de energia nuclear, sem perder de vista que a vontade política e o desenvolvimento tecnológico são fundamentais para a manutenção do equilíbrio na cooperação externa.

Assim, a partir de agora, o Conselho Superior de Política Nuclear terá uma tarefa sumamente importante. Apreciaremos hoje, nesta reunião, os passos dados pelo meu Governo no desenvolvimento da energia nuclear, nos campos interno e externo. Analisaremos soluções para problemas que sempre advêm de tecnologia sensíveis. Abordaremos a formulação das bases da política nacional de energia nuclear. Em outras reuniões, daremos continuidade a esses trabalhos e reavaliaremos os assuntos hoje tratados, bem como desenvolveremos novos e relevantes temas.

Dou-lhes as boas-vindas à primeira reunião do Conselho Superior de Política Nuclear e os convoco à união de nossa capacidade, experiência e esforço na definição das bases do desenvolvimento elevado e soberano a que fazem jus o Brasil e os brasileiros.

Convido o Dr. José Goldenberg, o Dr. Jair Carlos Mello e o Dr. Luiz Renato Caldas a assinarem o termo de posse como membros do Conselho Superior de Política Nuclear.